

OIKOS σ

Revista de economia heterodoxa
nº 9, ano VII • 2008
ISSN 1808-0235



Fundação Universitária
José Bonifácio



CCJE/UFRJ





Severino Cabral

Entrevistado por Leonardo Pamplona | Economista pelo IE/UFRJ, com especializações em desenvolvimento econômico e social pelo IE/UFRJ e políticas públicas pela EPPG/IUPERJ.

Severino Cabral é membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, membro do Colegiado e professor do Programa de Pós Graduação em Estudos Estratégicos – PPGEST da Universidade Federal Fluminense, professor da Universidade Estácio de Sá, especialista em História da China contemporânea e Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos da China Ásia e Pacífico – IBECAP. A questão fundamental abordada pela obra de Severino Cabral é a necessidade de se resgatar o pensamento e a defesa dos interesses nacionais, com o objetivo de realizar o desafio histórico de direcionar o Brasil e a América Latina para um desenvolvimento econômico, político e social compatível com suas potencialidades naturais e culturais. No dia 13 de maio de 2008, o professor Severino Cabral nos concedeu esta entrevista.

OIKOS: Por que resgatar o nacionalismo?

SEVERINO CABRAL: Durante certo tempo – breve, porém com influência longa na história recente do país – se despreendeu da idéia nacional uma parte da intelectualidade brasileira, confrontada com o governo militar, num processo que se aprofundou depois da redemocratização, e tomou características importantes, cujo efeito vem sendo sentido até hoje.

Num certo momento, uma parte da elite pensante do Brasil se encontrou mais representada por outros centros mundiais de poder do que pelo sistema político nacional. Por tendência e por inclinação eram contrários ao governo militar, mas já antes tinham essa tendência a se voltar para outros centros de poder no mundo. Podemos dizer que esse não é um fenômeno só da nossa geração: ele tem antecedentes.

Estamos a comemorar os 200 anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil, que por ser a sede da monarquia, não tinha mais condição de continuar a ser colônia e passou a ser um Reino Unido a Portugal e Algarves. Houve uma grande parte da corte que aceitou essa nova condição, mas também houve contestação por parte dos que se sentiam mais ligados à metrópole, e já estavam dispostos a retomar suas raízes lá plantadas. O resultado é que uma parte dessa opinião da elite metropolitana se refletiu, no momento seguinte, na volta a Portugal, mas D. João VI deixou aqui o seu filho. Pedro I fundou o Império Brasileiro, dando continuidade ao domínio dos Bragança em terras americanas.

Nesse tempo, pois, havia dois Brasís. Um Brasil que aceitava ser brasileiro e um Brasil que não se reconhecia na condição de ser brasileiro. Esse conjunto de fatores associados teve e tem repercussões em vários períodos da história do Brasil, mas o que chama a atenção é o período mais recente, em que a partir da contestação de um regime político se contestou também a Nação, esse fundo histórico do qual emergimos todos. Esse é o problema que se avizinhou no final do governo militar. E os desenlaces políticos dos anos 80 e 90 mostraram que essa tendência se mantém forte até o final do século 20. Até mesmo se tornou decisiva como tendência presente em atos que foram tomados nas sucessivas presidências civis, e ainda agora tem repercussões profundas ainda no sistema político nacional.

Durante esse tempo, uma grande parte da elite pensante brasileira, tanto aquela de inclinação liberal quanto aquela de inclinação socialista, se uniu numa certa vontade de desprezar essa história brasileira, essa nacionalidade que é de todos, e isso teve e ainda tem uma grande influência na sensibilidade da sociedade brasileira para com certos temas que ela adere rapidamente, e outros aos quais não vê a profundidade.

Uma tendência maior do pós Guerra Fria, e que determina as grandes mudanças que ocorreram no mundo desde então, se apresenta também no Brasil sob a forma de uma sensibilidade cada vez mais aguda para a problemática nacional. Ela se impõe gradual, mas incisivamente, com a consciência da necessidade de se romper todos os entraves e de se desenvolver muito rapidamente o país, pois, dada a sua dimensão – um enorme país continental com recursos imensos – o Brasil abre o milênio como um dos membros mais importantes do sistema internacional.

Ocorre que essa consciência até recentemente vinha sendo inibida por essa quase incapacidade de pensar o Ser Nacional por parte da nossa elite, tornando-se um obstáculo para a tomada de consciência plena do gigantismo do país e de suas potencialidades. Inibição e obstáculo para que se oriente a sociedade brasileira em direção a um novo auge do desenvolvimento nacional. Esse é um dos problemas centrais da dimensão cultural e ideológica do Brasil contemporâneo. Por isso a questão do nacionalismo brasileiro deve ser pensada e discutida.

Uma Nação cujo corpo se constituiu depois do nosso como unidade, não como cultura, a Nação alemã, mostra isso claramente. Foi preciso haver uma revolução ideológica e filosófica de concepção de mundo, os intelectuais alemães foram buscar na Grécia Antiga os instrumentos para pensar a Alemanha e fizeram uma transformação profunda no ethos ocidental, na capacidade de compreender a ciência no Ocidente, e a partir daí surge a grande filosofia crítica alemã, nasce a economia nacional – que é uma criação alemã – nasce o marxismo, ..., tendências das mais diversas nessa vontade alemã de se constituir como uma Nação.

Como se deu a construção do conceito e da teoria do Ser Nacional brasileiro?

Com a vinda da família real portuguesa, praticamente se instalou aqui o Estado Nacional português, que já existia no período colonial, mas que nessa ocasião trouxe os mecanismos de poder, junto com todo o sistema administrativo de Portugal. Assim, no momento seguinte da independência, nós já tínhamos a estrutura do Estado português montada. Dois séculos depois, estamos ainda sob o impacto dessa criação. Nesse processo tivemos o primeiro reinado, o segundo reinado, o império brasileiro, depois a proclamação da República, e essa última mudança de regime político, estrutural, levou, portanto, também, a uma mudança na sociedade muito intensa, e que gerou todas as idéias que o Brasil dispôs no século 20. A geração da década de 1910, e todo o processo que levou a 1930, inclusive dos tenentes que fizeram as revoluções de 1922, 1924 e finalmente 1930, os impactos das idéias que foram gestadas na Universidade por influência também das idéias positivistas e das idéias socialistas que começaram a entrar, foram fazendo germinar uma concepção de Estado, de Nação e do seu desenvolvimento, que mostrou o desafio enorme que era o Brasil. Nós tínhamos praticamente a mesma idade dos Estados Unidos, a maior potência econômica do mundo, e ainda estávamos longe de industrializar o país, portanto de criar a base de riqueza e poder para formar uma grande Nação. Esse é o desafio que a geração pós 1945 enfrentou.

Um balanço que se pode fazer hoje, tentando verificar se ela respondeu adequadamente a esse desafio, vai mostrar que em grande medida a resposta foi positiva. Se

o grande desafio trazido pela Revolução de 1930 era criar as bases da industrialização brasileira, essas bases foram montadas. De 1945 até 1980, se criou no Brasil uma base industrial considerável, tanto que não há no Hemisfério Sul do planeta sistema do mesmo porte. Do outro lado, é evidente que esse processo não completou todo o ciclo. Todas as potências que se desenvolveram possuem um módulo de afirmação que se pode chamar de uma integração dos seus pólos centrais econômicos através de transportes, bens de consumo e de produção, energia, que formam uma malha integral. Os países que não tem esse mapa são os classificados como países em desenvolvimento. Aí entram também os outros gigantes, a China e a Índia. Quando se compara o total da economia brasileira com vários países da OCDE observa-se que nós somos muito mais ricos potencialmente, mas não temos essa completude infra-estrutural. Ela significa a possibilidade de se explorar todos os recursos que o país oferece, e ainda não chegamos lá. Esse é o desafio do milênio, e a grande porção que o Brasil tem a conquistar é o Nordeste e o Norte. Nós completamos o ciclo do Centro-Sul, partimos para o Centro-Oeste, que hoje é a nossa grande fronteira, mas estamos desafiados a completar o movimento com a conquista da Amazônia e a reintegração do Nordeste na grande economia global brasileira.

No pensamento brasileiro da década de 1950 já está tudo na pauta dos pensadores mais importantes da época, e o mais curioso, quando se examina isso à luz de hoje, é que eles aparentemente estavam em campos opostos no plano daquela divisão bipolar do mundo, mas apontavam para os mesmos problemas. Tomando os escritos que eram desenvolvidos na Escola Superior de Guerra (ESG) e os realizados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), vê-se que eles convergem para focalizar esse problema crítico do desenvolvimento nacional sob, essencialmente, a mesma perspectiva.

Como e por que, ao longo da década de 1950, se cristalizou um consenso de base capaz de mobilizar a elite e o povo na sustentação desse projeto nacional?

Na minha tese de doutorado, que foi transformada em livro (“Brasil Megaestado”, Contraponto, 2004), eu interpreto o processo fixando a década de 1950 para estudar as características básicas dessa questão. Escolhi dois pensadores que eram intelectuais muito ativos no período que vai até a crise de 1964, que foram também militantes políticos ativos no processo da época. Um estava ligado pelos compromissos com a instituição militar, que é o General Golbery do Couto e Silva, e o outro, San Tiago Dantas, porque era um mestre que depois se tornou grande advogado e empresário, mas que era sobretudo um grande político, e que chegou a ser chanceler

no governo de João Goulart. Me pareceu que analisar a obra desses dois revelaria alguma coisa comum não só a eles como ao conjunto da intelectualidade brasileira daquele período. Eu poderia substituir San Tiago Dantas por Helio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, enfim, poderia fazer vários pares onde encontraria o mesmo que eu encontrei no General e no Professor: aquela interpelação sobre o que é o desafio brasileiro e como enfrentá-lo, e o interesse daquela geração de pensá-lo como relevante. No essencial, o que eu estava pensando era como nesses intelectuais estava tão presente essa idéia de pensar o destino do Brasil como o grande protagonista do cenário mundial. Isso escapou na geração seguinte, dos anos 60, que se desprende desse drama dos anos 50. O pensador talvez mais relevante dessa virada, provavelmente o personagem da seqüência desse livro, seria o Fernando Henrique Cardoso; na outra ponta estaria o atual presidente, Lula. Seria a dupla que talvez eu tivesse que apresentar numa seqüência dessa análise, o Professor e o Sindicalista, e a trajetória dos dois.

San Tiago Dantas afirmava que o Brasil possuía condições, por “sentir o drama de toda a incontável humanidade subdesenvolvida (...), entre a miséria, a opressão, o colonialismo imperialista e voraz, e seus ideais legítimos de independência, de bem-estar e de segurança”, de ser a “grande liderança” desse mundo, “defensor da autodeterminação dos povos, do desarmamento universal e da descolonização”. A atualidade, porém, mostra um país que interrompeu seu processo de desenvolvimento, só iniciando um lento processo de recuperação a partir do início do século 21, e viu os países asiáticos crescerem a taxas aceleradas já há duas décadas. Como o Senhor vê a validade dessa liderança brasileira nos dias de hoje?

Eu acho que ela se impõe, pelo seguinte. A vantagem histórica é que nós temos dois séculos a mais como Nação soberana e independente. A Índia nasceu como Estado soberano em 1947. Quanto à China, que foi um grande império, mas colapsou e foi dominada pelos países industrializados do Ocidente mais o Japão, apesar de não ter sofrido um domínio colonial, teve sua política interna totalmente controlada pelas grandes potências. Então ela só recobrou a autonomia de decisão, ficou independente, e se pôs de pé, em 1949. Aí começa a história contemporânea da Índia e da China no sistema mundial, onde o Brasil já era relativamente grande e estávamos prestes a dar um salto com a constituição do nosso complexo industrial ao longo das décadas de 60 e 70.

Nós tínhamos, até os anos 90, uma diferença grande em relação a esses dois países, que eram “essencialmente agrícolas”, como o Brasil antes dos anos 50, em geral com baixa produtividade e a pobreza associada, etc. Esses países também entraram num ciclo de industrialização após a independência. Chegaram assim, por ter vastos

recursos naturais e gigantesca população, a se tornarem mercados de grande potencial, e nessa condição, nos anos 80 e 90 a diferença para o Brasil já havia diminuído, embora ainda permanecesse significativa em certas áreas.

Entra na cena histórica o ritmo avassalador com o qual os dois países programaram os seus projetos de desenvolvimento. A China ainda mais do que a Índia chegou a uma posição muito favorável, principalmente depois que ela se despreendeu da União Soviética e passou a receber capital e técnicas do Ocidente. Terminada a Guerra Fria ela fez uma manobra arriscada, porém necessária, que foi conter as tendências descentralizadoras e com isso consolidou a sua situação interna, se estabilizou, o que favoreceu muito o desenvolvimento que veio a seguir. Nesse momento o fator decisivo foi o grande mercado Ásia-Pacífico – que é o maior mercado do mundo, pois nele se juntam: a América do Norte, o Japão, a parte mais desenvolvida da Rússia (que é Vladivostok), toda a China, o Sudeste da Ásia, a Índia, até as bordas do Oriente Médio. Praticamente aí se encontra a maior corrente econômica do mundo, onde mais circula capital, bens e comércio no mundo.

Essa concentração derivou para um investimento contínuo a taxas cada vez maiores, fazendo as economias decolarem, crescendo a níveis equivalentes aos quais o Brasil já havia experimentado. A China de hoje ainda é em larga medida um país agrícola, mas a parte urbanizada industrializada, já nos ultrapassou, em termos econômicos.

O que nos coloca um alerta. Enquanto o desenvolvimento brasileiro sofreu solução de continuidade com perda real de ritmo de nosso crescimento, nos últimos vinte anos, os chineses se agigantaram. No entanto parece ser fato que a China busca evitar uma confrontação com os Estados Unidos e os países desenvolvidos. Nesse sentido a China necessita de um terceiro no jogo, para alimentá-lo e manter o ritmo. É razoável pensar que uma Nação que chegou ao ponto que chegou a China, de alta acumulação de recursos, deve manobrar para evitar tudo o que comprometa o seu desenvolvimento.

Nesse ponto é que se observa ser o Brasil um parceiro estratégico para a China. Nós estamos num dos pólos da Terra, somos os antípodas deles; do conjunto ao qual pertencemos, o dos países em desenvolvimento, a China é a maior, seguida do Brasil; logo somos complementares à China nesse momento, pois o que eles mais necessitam é de energia e alimentos, a nossa chave produtiva; nós temos complementaridade também em outros setores da economia, enfim, ambos podem aproveitar um ciclo de alto e crescente dinamismo, fazendo uma parceria não só econômica quanto política e estratégica. Assim como a China, frente aos Estados Unidos, precisa do Brasil como um terceiro interessado, nós também temos que vê-los dessa maneira.

O interesse vital do Brasil nesse processo é consolidar a sua economia, a riqueza e o poder nacional. Para tanto tem que harmonizar o interesse da sua vizinhança com sua liderança para ampliar o seu espaço continental e global. A vértebra fundamental para o Brasil, porém, é a integração nacional, que está incompleta, pois nos falta desenvolver o Nordeste e enfrentar o desafio amazônico. Nós temos condições de resolver nossos problemas, mas não abrindo mão do princípio unitário, organizacional do Estado Brasileiro. Através do fator estatal é que poderemos organizar a sociedade e fazê-la marchar rumo a grandes conquistas. Se nós desfazemos essa organização estatal, com um ciclo qualquer de desintegração, o risco que corremos é de perder essa oportunidade histórica de exercer um papel de protagonista do sistema internacional no século 21.

O fato de o Brasil ter passado ao largo das disputas mundiais nos séculos anteriores não o priva de disputar o espaço com os demais gigantes. Assim que, a medição de força dar-se-á de modo inevitável. Não sei se isso será no estilo do século 20, ou seja, na base do confronto militar, ou no sentido econômico, como já está ocorrendo. Já existe uma guerra por recursos naturais, podemos tomar como exemplo o caso do biocombustível brasileiro. Trata-se de uma batalha comercial, que se trava na Organização Mundial do Comércio (OMC) e outros organismos multilaterais. As próprias Nações Unidas foram mobilizadas com o objetivo de ilegalizar e criminalizar o biocombustível. Isso não aponta para o milho dos Estados Unidos, mas para o conjunto da biomassa do Brasil, que é a grande superpotência agrícola mundial, e que aterroriza os agricultores europeus e norte-americanos, porque eles não têm competitividade para segurar o embate com a economia agrícola brasileira. Principalmente se tiverem que conceder, na OMC, a retirada dos subsídios que oferecem aos seus produtores. O diferencial é tão grande que nós arrasariamos a agricultura europeia e norte-americana. Então, para prevenir isso, eles já criaram todo um esquema de contenção, que é isso que nós estamos vendo, a “guerra” do etanol.

Como equacionar a questão ambiental com o desenvolvimento nacional?

Esse é um problema importante que vamos ter que enfrentar. A partir da década de 60, no seio da civilização industrial e urbana fundada a partir de um modelo que vinha desde a Revolução Industrial inglesa, foi criado um contra-modelo de desenvolvimento, que era um modelo liberal organizado, que propõe um neo-protecionismo, que diz o seguinte: “Só houve um único desenvolvimento, o ‘meu’ (do centro); os outros países do mundo têm que se adequar ao fato de que para continuar o desenvolvimento tal como o modelo tradicional, o planeta não tem recursos suficientes,

então devem abrir mão dos seus projetos de desenvolvimento”. Esse é o grande desafio que se coloca para nós desde os anos 70, e daí vem a implantar-se a ideologia ambientalista, e os projetos de contenção e limitação dos recursos. O curioso é que quanto mais se fala em escassez de recursos, mais se descobre que os recursos são abundantes.

É claro que o homem deve ter cuidados com o meio ambiente. Não desperdiçar recursos, preservar o que for necessário, etc. Outra coisa é a ideologia ambientalista, a qual propõe um enfoque do processo atual de desenvolvimento que, de um lado, se você exacerba o argumento deles, leva a um paroxismo que é genocida em certo sentido, que seria desarmar toda a planta industrial no mundo para que não haja impacto sobre o meio ambiente. No caso brasileiro é o que é proposto para a Amazônia, que é a criação de imensas reservas significando o congelamento da situação econômica e social daquela região.

Essa ânsia conservacionista deve ser criticada, porque isso é contrário ao processo natural da sociedade humana, e da própria Natureza, que nunca se pensou regulada. Há ciclos de produção e redistribuição de forças dentro do sistema que produzem ilhas, vulcões, terremotos, continentes, enfim, não há nenhum impacto ambiental maior que o ciclo de formação geológica da Terra. Como resultante desse próprio processo de modificação do clima, surgiu a espécie humana, dotada de inteligência, uma razão superior, de onde criou a ciência e a técnica, e com esses instrumentos foi modificando o seu ambiente. Grande parte do impacto ambiental é sobre o próprio Homem. Abrir mão de todo o processo de desenvolvimento e voltar atrás seria suicídio. Certamente não é o que se pensa na Europa e nos Estados Unidos, porém eles nos aconselham que nós mantenhamos nossas tribos amazônicas nesse estágio primitivo. Isso é um absurdo. Nós não podemos chegar pra essas comunidades e dizer: “vocês serão sempre dessa maneira”, caricata, de almanaque. Ao tentar fazer com que esse índio viva numa espécie de redoma, como se fosse uma espécie em extinção, num laboratório, está se violando a essência do direito dele, de escolher a sua vida, de querer ser engenheiro, filósofo, artista, ele não pode ser. Tem que ser “índio” obrigatoriamente.

Nós temos o desafio de integrar os índios, a Amazônia, na civilização brasileira. Pois a nossa civilização ainda está se forjando. Faz parte de um movimento contemporâneo, da civilização urbano-industrial, mas traz esses elementos da sua fusão, junto com o africano, o português, o asiático, o alemão, o italiano, essas culturas todas se fundirem numa única cultura, unificada pela língua, o que é pouco comparável a qualquer outro lugar do mundo, isso é um patrimônio da Humanidade. Disso, esses

índios nacionais estão sendo privados, e por nossa ausência de vontade. Isso porque aprendemos com certos ideólogos europeus que é feio. Por que o índio vai deixar de ser índio e virar um cidadão comum? O prazer do antropólogo europeu é vir pra cá à procura do índio primitivo, aquele que era apresentado no salão do Rei Francisco I no século 16. Mas esse índio não tem mais razão pra existir hoje, no século 21, só se for como peça de museu.

Do lado da infra-estrutura, a construção das hidroelétricas do rio Madeira e a transposição do rio São Francisco nos darão a possibilidade de andar mais aceleradamente, retomando o ciclo histórico e revertendo o quadro de desenvolvimento freado das últimas décadas. Os pontos cruciais da questão amazônica são a parte ocidental com o circuito Madeira-Mamoré e o avanço da fronteira agrícola do Mato Grosso em direção ao sul do Pará. No Nordeste, se houver esse investimento no semi-árido, a partir da transposição das águas, a região se tornará um lugar de prosperidade. Nós, que passamos o século 20 todo ouvindo falar da seca e da miséria no Nordeste, no século 21 veremos a região se tornando a mais rica do Brasil, não mais com o ciclo agrícola, mas com o ciclo industrial e exportador, criando novas áreas econômicas e comerciais, é isso que está em jogo. É só investir, pois capacidade há.

Na Amazônia a questão é mais complexa, ainda exige do Homem um sacrifício maior por conta da floresta. Não é fácil de dominá-la do ponto de vista da ciência e da técnica para fazê-la produzir recursos em quantidade, porque o bioma central da Amazônia é a floresta, que permanentemente expulsa o Homem. E ela guarda no interior do seu solo petróleo, gás, todo tipo de mineral, o que tem de ouro, cassiterita em Rondônia é incalculável. É um outro Carajás. E tudo isso está guardado pela cobertura florestal. Como é que nós vamos explorar isso sem prejudicar a cobertura florestal? É uma questão de planejamento, infra-estrutura, de alta engenharia, mas isso tem que ser feito, não pode ser detido. Então essas ONGs ambientalistas são um obstáculo.

Se frutificar o projeto do Madeira-Mamoré ele vai beneficiar inclusive a Bolívia, vai inundar aquela região de progresso, e com isso mudar a equação entre a região de Santa Cruz e a do Altiplano, pois vai atrair essa região para outro tipo de engajamento. A energia do Madeira-Mamoré é a chave para o desenvolvimento da Bolívia, pois vai levar recursos em forma de energia como eles nunca viram. É como Itaipu que sustenta a planta industrial de São Paulo, e que hoje não é mais suficiente. Pra crescer temos que buscar mais recursos. Temos condições para elevar a oferta energética de forma praticamente ilimitada. Petróleo, gás, biocombustível, e a energia nuclear.

A única coisa que pode atrapalhar o desenvolvimento da região somos nós mesmos. É a nossa vontade e a nossa determinação que vai gerar isso. O brasileiro tem

qualidades mas também tem seus defeitos. Nós temos uma complacência com certas características da nossa Natureza exuberante que oferece muitas coisas com relativa facilidade. Nós temos é que aplicar à Natureza a ciência e a técnica. Mas sem olvidar os versos e a Mensagem de Fernando Pessoa: “Todo começo é involuntário” e “As Nações todas são mistérios.”

Setores políticos paraguaios e bolivianos vêm acusando o Brasil de imperialista devido às questões envolvendo a Petrobras e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Como o Senhor entende que se deva equacionar a perspectiva brasileira de integração sul-americana com as limitações desses países chamados pelo General Golbery de “prisioneiros geopolíticos da América do Sul”?

Ao olharmos o mapa da América do Sul, vemos que o Brasil equivale a dois terços da região. Não é só isso. Nós dominamos o planalto central e a maior parte do maciço amazônico. Se o Brasil tem essa disposição na região – praticamente dois terços do território, a maior economia e maior população – fica evidente, por gravitação, que é o poder de maior atração subcontinental, não há como escapar. O destino da região é se inclinar para uma política de integração com o Brasil. O político brasileiro tem que ver isso com realismo, moderação, sem apetites desnecessários, até porque o Brasil territorialmente é auto-satisfeito, e nós temos ainda grandes desafios internos.

Todos têm receio, assim como nós também temos receio dos países que nos fazem fronteira. O mecanismo para dissolver esses riscos no longo prazo é o desenvolvimento. Daí que seja tão fundamental que implantemos um ou dois grandes centros na Amazônia, que sejam pólo de atração nas fronteiras ao Norte e Oeste, o que vai levar emprego, renda e riqueza à região, e vai imantá-la, compatibilizando o sonho de todos pelo desenvolvimento com a presença brasileira. O Brasil deve ser visto como algo positivo para os projetos nacionais dos vizinhos. Para isso nós temos que ser, ao mesmo tempo, flexíveis e firmes, pois além dos atritos naturais nas relações entre os países, há ainda presente a figura daquilo que na política se chama de “terceiro interessado”, aquele que, estando de fora, joga um contra o outro.

A integração sul-americana sob a liderança brasileira é um processo natural, como o que aconteceu na Europa. A Alemanha, por exemplo, era um monte de pequenos estados, que se uniram se tornando um grande Estado; fez duas guerras mundiais para expandir sua posição dentro da Europa; foi vencida, dividida, voltou a se reunificar, e é hoje a maior potência européia, a base da integração da Europa.

O mesmo processo é o dos Estados Unidos, o da Ásia, e o nosso, sul-americano. Sul-americano, e não latino-americano, por uma simples imposição geopolítica, já que o espaço da América do Sul em si forma um conjunto, uma unidade. Há a “Ilha

do Norte” e a “Ilha do Sul”, o Brasil sendo o núcleo irradiador da Ilha do Sul. Por isso o desafio de superar todas as barreiras e vir a constituir e consolidar, no médio e longo prazo, a Grande América do Sul, sob a liderança inquestionável do Brasil. Não cabe então falar em imperialismo por parte do Brasil, porque não estamos limitando a soberania dos vizinhos, mas sim propondo uma parceria pelo desenvolvimento.

Nessa ordem mundial em fase de reestruturação o Estado brasileiro e os Estados latino-americanos pertencerão ao Ocidente?

Diria que é mais que o Ocidente, o Brasil é o Ocidente Profundo. Originalmente o Ocidente tem como núcleo “geohistórico” a bacia do Mediterrâneo, Roma e Grécia. A segunda fase do Ocidente ocorre sob a base da Cristandade, da qual sai o ciclo que vem a gerar a descoberta da América, que é o ciclo da formação dos Estados ibéricos, com a Reconquista dos reinos cristãos ao domínio mouro, começando a partir daí o ciclo das navegações. A terceira etapa é a Revolução Industrial, que vai provocar a independência dos países da América, e inicia-se um novo ciclo. Nesse novo ciclo, o Novo Mundo, o Hemisfério Ocidental, está dividido em duas partes. A parte setentrional, que está imediatamente vinculada ao núcleo histórico do Ocidente, que são os Estados Unidos e o Canadá, se lançam à frente do desenvolvimento nessa primeira etapa da Revolução Industrial. Mas o que se inicia agora é o ciclo meridional, em que o Brasil emerge, como o “Colosso do Sul”, o grande sintetizador das energias do Hemisfério Sul Ocidental, ou melhor, Extremo Ocidental. Extremo porque o mediador do Ocidente original e o Extremo Ocidente são os Estados Unidos da América, que está a meio caminho. Como lá do outro lado tem o Oriente Extremo, que é a China. E o Brasil já está gerando cada vez mais um campo de força tanto econômico quanto político, científico, técnico, industrial, etc. Um megaestado deve ser pensado como um campo de forças físico, um sistema que tem sua densidade e seu campo de expansão e de influência próprio, com impacto ambiental positivo. Porque ele vai modificar o ambiente da região meridional do mundo, uma região que ficou fora dos eixos principais durante séculos e que agora entra no eixo principal, saindo da periferia para o centro, o que significa transformar o próprio centro, que não será mais exatamente centro. Essa partição Norte-Sul-Leste-Oeste, na medida em que se amplia esse bloco, esse campo de forças do qual o Brasil é o núcleo central, ele vai absorvendo outras megalópoles e outras áreas do sistema meridional e vai quebrando aquele perfil do sistema tradicional, que é o das metrópoles lá em cima e das colônias cá em baixo. Esse perfil oriundo da Modernidade tende a desaparecer com a consolidação desse novo movimento. O Brasil quebra o paradigma da divisão histórica moderna. Nesse

novo campo de forças emergem nesse momento não só a América do Sul, mas a África e a Ásia meridional, justamente aquelas porções do mundo que estavam fora do eixo principal, que esteve sempre no Setentrião, das ilhas britânicas até o Japão. Por ali passaram Gengis Khan, os Cavaleiros Teutônicos, os Cruzados, Roma, Alexandre, ou seja, todo o ciclo histórico denso dos últimos dez mil anos aconteceu nesse eixo.

Com Portugal e Espanha se rompeu isso, criando-se o sistema que hoje vigora. Fechando esse ciclo, o Brasil aparece como protagonista pela sua massa crítica, representada por sua dimensão territorial, sua população, recursos imensos, e a possibilidade de transformar esses recursos em riqueza.

Como o Senhor vê a inserção da África na ordem mundial do século 21?

Inclino-me a projetar todas as minhas análises do plano internacional sob o ângulo do interesse nacional brasileiro. Assim, do ponto de vista do Brasil, o que interessa na África é que ela entre num ciclo de desenvolvimento capaz de gerar um mercado que seja complementar ao nosso. Aquilo que nós ambicionamos fazer com os vizinhos da América do Sul, pretende-se ampliar com a participação da África, construindo um grande espaço econômico afro-atlântico, a unir o nosso continente e o Ocidente africano. Os Estados Unidos fazem o mesmo com o Pacífico e a Ásia Oriental, e os europeus buscam se unir expandindo cada vez mais para o Leste e o Norte da África. Todos os protagonistas internacionais vêem hoje a necessidade da expansão espacial, pois, no futuro, só haverá os grandes espaços econômicos, sociais e políticos. Essa que é a essência do conceito de megaestado. Os Estados todos têm esse desafio: crescer ou perecer. Então o Brasil tem que crescer nesse sentido: Norte-Sul e Leste-Oeste, englobando a integração da bacia amazônica e a bacia do Rio da Prata, bem como a ligação entre o oceano Atlântico e o Pacífico.

O Senhor poderia detalhar as condições para o que classifica como o reaparecimento da filosofia hegeliana da história no contexto das teorias sobre o sistema internacional, em contraposição à teoria da “paz perpétua” kantiana preconizada a partir do fim da Guerra Fria sob a denominação de “o fim da história”?

Essa concepção da “paz perpétua” foi muito expandida logo depois da Guerra Fria pela idéia que, com o fim da confrontação entre as duas superpotências, nós entraríamos num período em que todas as nações marchariam para um mundo unificado com um governo mundial, o cidadão global, e as diferenças interestatais iriam minguar até desaparecer. Nesse contexto aparece Francis Fukuyama, apoiado na obra de um leitor de Hegel, Alexander Kojeve.

Hegel, no capítulo sobre a tomada de consciência de si, afirma que a consciência do Homem nasce de uma confrontação, em que se apresenta para ele a questão de ser livre ou ser um homem morto. Senhor é senhor porque não hesita em por a sua vida em risco para permanecer senhor. O escravo é escravo porque aceita viver sendo escravo. Essa é a dialética básica que divide a consciência no processo da fenomenologia do espírito, e que representa também a evolução da Humanidade desde que o mundo é mundo. Segundo Hegel, se o senhor e o escravo desaparecem, a partir da Revolução Francesa e do Código Civil, e da igualdade entre todos os homens, então a história, nesse sentido, teria acabado.

Kojeve analisa a questão nos termos da Segunda Guerra Mundial. A idéia dele é que essa Humanidade “pós-histórica”, só ocorreu num campo muito limitado da sociedade européia ocidental e nos Estados Unidos, aquela que viu os elementos da Revolução Francesa se implantarem. No resto do mundo, não. Aí ele completa que, com a Revolução Russa de 1917, esse movimento de superação da história também se expandiu para o mundo das colônias e semicolônias.

Fukuyama diz que essa interpretação não é de todo correta, porque houve, depois de Viena, duas objeções ao fim da história: uma pelo lado do nacionalismo dos alemães, de List a Hitler, e outra do socialismo, de Marx a Stalin, que argumentaram que a sociedade pós-histórica não era a sociedade capitalista, mas a socialista. E, ao fim da Guerra Fria, se viu que não era isso, porque aquela sociedade socialista não emplacou, e nem aquele nacionalismo. Então voltamos ao que era antes: as sociedades liberais, que seriam a sociedade do fim da história. Essa é a conclusão do Fukuyama.

Mas, ao introduzir essa discussão, ele introduziu um problema, que é a questão da dialética hegeliana, pois Hegel aponta a tomada de consciência de si como um processo histórico e natural e ao mesmo tempo algo que se passa no plano das nações. Os Estados nacionais são o ponto de culminação daquela capacidade do Homem de conhecer a si mesmo e ao mundo. A questão da tomada de consciência, que agita o Homem contemporâneo, é no sentido da construção e da consolidação de uma representação da essência do Ser Nacional. Esse é o grande desafio da Modernidade. Como criar em torno de uma cultura nacional uma tomada de consciência de tal ordem que ela aponte para o futuro. Um futuro que é dialético, é uma contradição, é a anulação daquilo que é hoje, na configuração de um mundo do amanhã.

Então, essa passagem do hegelianismo contraria a tendência cosmopolita kantiana. Essa é minha visualização da retomada de Hegel na contemporaneidade. Questiona uma tendência contemporânea de achar que o mundo já resolveu as suas contradições e entrou agora num ritmo “globalizante”, “pasteurizante” das contradições

sociais, e que marchamos para um mundo da paz perpétua, do fim dos exércitos, do fim dos confrontos estratégicos, etc. Esse período foi muito breve, durou de 1989 até 1997. Um pouco antes Samuel Huntington já atacava essa idéia com o argumento de que a natureza humana é sempre a mesma e que, passado o conflito ideológico e dinástico, e a época dos conflitos nacionalistas, estávamos na era dos conflitos entre as civilizações, que levariam também a uma grande confrontação entre as civilizações ocidental, latino-americana, chinesa, africana, islâmica, etc. Então ele retomou a idéia de uma conflitualidade, só que em outra amplitude. Logo depois Henry Kissinger fez uma síntese da projeção do poder americano no mundo, com o seu livro “Diplomacia”, e, finalmente, em 1997, houve a grande revelação de Zbigniew Brzezinski, que diz que o conflito é o mesmo, o de sempre: o controle da Eurásia. Só que, terminada a Guerra Fria, haverá um deslocamento da grande política que era o controle das bordas para o controle do centro da Eurásia, o que eles chamam de os Balcãs Eurasianos. É aí que está a confrontação maior.

Então, nessa altura, nós já estávamos no ciclo atual, um ciclo dinâmico que é afirmativo do poder de mobilização e de transformação do espaço político mundial, através da afirmação das grandes potências de novo, ressurgidas após o breve inter-regno daquela aparente calma que sucedeu à queda do muro de Berlim. Todos os protagonistas estão aí muito presentes, os Estados Unidos, a Europa, a Rússia, a China, a Índia, o Japão, e o gigante do Sul que é o Brasil.